Domingo, 15 de Novembro de 2026

Netflix pode remunerar Suzane von Richthofen por documentário? Entenda

Lei Suzanne Richtofen

Metrópoles

A estreia do documentário Suzane von Richthofen: O Que o Tempo Não Apaga, lançado pela Netflix nesta quarta-feira (11/11), reacendeu a discussão sobre a possibilidade de pessoas condenadas por crimes receberem dinheiro para contar suas histórias. A produção traz depoimentos de Suzane von Richthofen 24 anos após o assassinato dos pais, Manfred e Marísia.

Com a chegada do documentário ao catálogo, também voltaram a circular rumores de que a plataforma teria pago R$ 500 mil à condenada para participar da produção e apresentar sua versão do crime.

Em abril deste ano, a Netflix foi questionada pelo Metrópoles sobre o suposto cachê. Na ocasião, a empresa não confirmou nem negou o pagamento. Em nota, limitou-se a dizer: “Não divulgamos detalhes das produções”.

Projeto tramita no Congresso

Um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados pretende impedir que condenados lucrem com produções sobre os crimes que cometeram. Apelidada, justamente, de Lei Suzane von Richthofen, a proposta é de autoria do deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE) e ganhou destaque após rumores de que Suzane teria recebido R$ 500 mil para participar do documentário

.O texto prevê que vítimas ou seus herdeiros possam reivindicar na Justiça os valores recebidos pelos condenados, além de pedir indenização por danos morais. A proposta abrange filmes, documentários, livros, entrevistas e conteúdos digitais, mas ressalva a liberdade de expressão e a produção de obras por terceiros. A iniciativa tem como referência leis americanas conhecidas como Son Of Sam Laws, que buscam impedir que criminosos lucrem com a notoriedade de seus delitos.